

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA  
2022/2023 – TURMA TAN  
DISCIPLINA DE DIREITO DOS MENORES

20-06-2023

Responsabilidades Parentais: o paradigma das principais alterações desde a Reforma civilista de 77

*Análise das sucessivas leis, tendo em conta o caminho tendencial para a equiparação dos progenitores no exercício das responsabilidades parentais*

Apadrinhamento Civil: um instituto alternativo à adoção e com relevância prática?

*Dúvida sobre o caráter alternativo ou antes forma de evitar o protelamento da institucionalização; eventual natureza familiar; caminho a percorrer na aplicação, que vem sendo lento*

O Abuso de crianças: soluções legislativas e jurisprudenciais

*Base legal penal; caminhos de afastamento dos progenitores; potenciamento de violência doméstica; necessidade de enfatizar o papel de outros familiares*

O Princípio da audição da Criança: fundamentos e alcance

*A CDC. A Lei de Proteção e Promoção; os assuntos de especial importância face aos quais a criança deve ser ouvida; jurisprudência*

O Princípio do Superior Interesse da Criança: a CDC e reflexo nas leis ordinárias

*Razão da integração na CDC. Critério de interpretação das normas sem vigor*

Alienação Parental: um mito sustentado por estudos carentes de comprovação ou realidade com alcance jurídico?

*A origem médica e psicológica e suas falhas. O possível aproveitamento jurídico, circunscrito; análise de jurisprudência*

Adoção internacional: argumentos em seu favor e possíveis dificuldades

*Regime atual. Países em teatro de guerra. Direito à identidade das crianças. Aproveitamentos em situações que visa, tráfico e afastamento da criança de um dos progenitores*

Direito das Crianças e Procriação medicamente assistida: princípios e instrumentos legislativos

*Evolução legislativa da PMA; novo paradigma familiar, designadamente, nos casos de PMA heteróloga e famílias monoparentais; análise até à entrada em vigor da Lei n.º 90/2021, de 16 de outubro*

As comissões Diocesanas de Proteção de Menores: finalidade e âmbito de atuação

*Papel face a crianças em situação de perigo; escassez de meios; regime jurídico; articulação do seu desempenho com os direitos das crianças*

A importância da Convenção de Istambul nos Direitos das Crianças.

*Empoderamento das mulheres e indiretamente das meninas; casos de violência doméstica que a determinam e reconfiguração jurídica da VD por via dela*

Violência contra as crianças e regime jurídico de proteção de crianças e jovens em perigo

*Análise da lei: pressupostos e âmbito de aplicação.*